

**O PASSADO QUE NÃO PASSA: A INSTRUMENTALIZAÇÃO BIOPOLÍTICA
DO TRAUMA FRANQUISTA PELO VOX E A CRISE DA DEMOCRACIA
ESPANHOLA (2008-2024)**

**THE PAST THAT NEVER PASSES: THE BIOPOLITICAL
INSTRUMENTALIZATION OF FRANCOIST TRAUMA BY VOX AND THE
CRISIS OF SPANISH DEMOCRACY (2008-2024)**

Alexandre Assis Tomporski¹

Patricia Minini Wechinewsky Guerber²

RESUMO

Este artigo examina os mecanismos biopolíticos por meio dos quais o partido Vox instrumentaliza o trauma histórico não resolvido da Guerra Civil espanhola (1936-1939) e da ditadura franquista (1939-1975), como estratégia central de mobilização política no contexto da crise econômico-financeira pós-2008. Partindo do pressuposto de que o “pacto do esquecimento” da transição democrática espanhola suspendeu e cristalizou, em vez de resolver, o trauma coletivo, argumenta-se que este congelamento produziu as condições estruturais para a reativação programática de imaginários autoritários. A investigação demonstra que o partido Vox não oferece uma elaboração crítica do passado, mas sim sua repetição performativa, mobilizando comunidades emocionais alicerçadas no ressentimento, no medo e na nostalgia. Esta operação reduz a vida política à sua dimensão emocional, um mecanismo que caracterizamos como “vida nua política”. A análise da politização autoritária do patrimônio cultural, exemplificada pelas “Leis de Concórdia” e pelas disputas em lugares de memória, como o Valle de Los Caídos e o Cemitério de Paterna, revela como a soberania contemporânea se exerce mediante a normalização de narrativas autoritárias no espaço público. Ao examinar a dimensão transnacional do fenômeno, por meio da circulação de repertórios memorialísticos, demonstra-se que a instrumentalização do trauma não é uma particularidade espanhola, mas a manifestação de uma lógica biopolítica global. Por fim, conclui-se que a democracia

¹Doutor em História. Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR. União da Vitória, Paraná, Brasil. E-mail: tomporski.alexandre@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3042-7844>.

²Doutora em Desenvolvimento Regional. Universidade do Contestado - UNC. Mafra, Santa Catarina, Brasil. E-mail: patriciaaw.adv@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8381-5867>.

espanhola enfrenta não apenas uma crise institucional, mas uma crise fundamental de elaboração crítica do passado, cuja superação exige a construção de uma memória funcional baseada na verdade, na justiça e na reparação.

Palavras-chave: memória histórica; biopolítica; extrema-direita; franquismo; patrimônio controverso; trauma político

ABSTRACT

This article examines the biopolitical mechanisms through which the Vox party instrumentalizes the unresolved historical trauma of the Spanish Civil War (1936-1939) and the Francoist dictatorship (1939-1975), as a central strategy for political mobilization in the context of the post-2008 economic-financial crisis. Starting from the assumption that the "pact of forgetting" of the Spanish democratic transition suspended and crystallized, rather than resolved, the collective trauma, it is argued that this freezing produced the structural conditions for the programmatic reactivation of authoritarian imaginaries. The investigation demonstrates that the Vox party does not offer a critical elaboration of the past, but rather its performative repetition, mobilizing emotional communities grounded in resentment, fear, and nostalgia. This operation reduces political life to its emotional dimension, a mechanism we characterize as "political bare life." The analysis of the authoritarian politicization of cultural heritage, exemplified by the "Concord Laws" and disputes over sites of memory, such as the Valley of the Fallen (Valle de Los Caídos) and the Paterna Cemetery, reveals how contemporary sovereignty is exercised through the normalization of authoritarian narratives in public space. By examining the transnational dimension of the phenomenon, through the circulation of memorial repertoires, it is shown that the instrumentalization of trauma is not a Spanish particularity, but a manifestation of a global biopolitical logic. Finally, it is concluded that Spanish democracy faces not only an institutional crisis, but a fundamental crisis of critical elaboration of the past, whose overcoming requires the construction of a functional memory based on truth, justice, and reparation.

Key words: historical memory; biopolitics; far-right; francoism; controversial heritage; political trauma.

Artigo recebido em: 13/11/2025

Artigo aprovado em: 21/11/2025

Artigo publicado em: 17/12/2025

Doi: <https://doi.org/10.24302/prof.v12.6144>

INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas, tem se observado a ascensão global de movimentos e partidos ideologicamente alinhados à extrema-direita. Esse processo coloca em xeque a compreensão e as explicações tradicionais sobre o sistema democrático representativo e sua consolidação. No contexto europeu, o ressurgimento de tais forças políticas, apresentadas como “novos fascismos”, desenvolve-se não na ausência da memória do autoritarismo, mas, paradoxalmente, em contextos nos quais essa memória permanece não resolvida. Conforme apontado por Enzo Traverso, o que diferencia a reemergência contemporânea de imaginários autoritários não é seu ineditismo, mas sua capacidade de operacionalizar traumas históricos, convertendo-os em matéria-prima para mobilizações políticas (Traverso, 2019, p. 45).

Este processo, que se desenvolve por meio, e não apesar, da memória histórica, pode ser identificado em diferentes contextos em nível global, sendo que o caso espanhol configura um exemplo paradigmático³. Por um lado, a Espanha celebra sua transição democrática como exemplo de processo pacífico, cujos resultados foram obtidos através da negociação; por outro, observa a consolidação do partido Vox como terceira força política e eleitoral em nível nacional⁴. A compreensão de tal fenômeno

³ Este artigo apresenta os primeiros resultados do projeto de investigação intitulado: “Das fossas ao hemíciclo: memória, franquismo e extrema-direita na Espanha contemporânea (2008–2024)”, o qual encontra-se em execução junto ao Departamento de História da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus União da Vitória, e conta com o apoio institucional da Universidad Castilla-La Mancha (mediante participação do Professor Julio Plaza Tabazco) e da Universidad de Granada (representada pelo catedrático de História da Arte, Professor José Castillo Ruiz).

⁴ Entre os anos de 2013 e 2024, o partido transformou-se de uma agremiação marginal, com 0,23% dos votos nas eleições de 2015, em uma força política relevante, apta a formar governos em comunidades autônomas e, a qualquer momento, em nível nacional, por meio de aliança com o Partido Popular. Nos dados mais recentes observa-se uma tendência de queda em número de deputados eleitos (de 52 em 2019, para 33 em 2023), mas a tendência geral segue sendo de fortalecimento. Essa interpretação foi ratificada pela eleição de 6 eurodeputados em 2024. Ademais, entre 2022 e 2024, Vox participou de coalizões com o PP em distintas comunidades autônomas, como Aragón, Castilla y León, Comunidad Valenciana, Extremadura e Murcia, consolidando sua influência sobre estruturas de poder regional e conseguindo controle sobre setores estratégicos de tais governos, como agricultura, cultura e família. Em julho de 2024, contudo, o Vox anunciou o rompimento desses acordos, motivado por divergências em torno da política migratória, principalmente em relação ao acolhimento de menores estrangeiros não acompanhados.

demanda análises que não se restrinjam às variáveis econômicas ou demográficas, em que pese sua relevância⁵.

O partido Vox não configura simplesmente a ressurgência de elementos de uma ideologia autoritária residual, mas sim a operacionalização de mecanismos biopolíticos contemporâneos através da instrumentalização recorrente e sistemática do trauma histórico não elaborado. Nessa direção, o pressuposto que estrutura o presente artigo é o seguinte: o “Pacto do Esquecimento” institucional (a recusa deliberada em confrontar juridicamente os crimes franquistas) implementado durante o processo de transição democrática espanhol não encerrou o trauma, mas o suspendeu e cristalizou em uma dimensão subterrânea, fomentando as condições estruturais necessárias para sua reativação como arma de controle biopolítico.

Dessa forma, o presente artigo se propõe a investigar os mecanismos biopolíticos por meio dos quais o partido Vox instrumentaliza o trauma histórico não resolvido da Guerra Civil (1936-1939) e do Franquismo (1939-1975) como estratégia de mobilização política. Para tanto, a investigação estrutura-se em um referencial teórico interdisciplinar, que articula conceitos de biopolítica, psicologia do trauma e com estudos da memória, no âmbito da História do Tempo Presente. Por meio do diálogo com autores como Giorgio Agambem, Dominick LaCapra, Enzo Traverso e Aleida Assmann, o texto analisa como o “Pacto del Olvido” da transição democrática espanhola congelou, em vez de resolver, o trauma coletivo, criando as condições para a reativação programática de imaginários autoritários em contexto de crise pós-2008.

⁵ Os dados mais recentes sobre o perfil dos eleitores do partido Vox demonstram uma inflexão geracional, que contradiz a percepção de que o apoio à extrema-direita viria de eleitores mais velhos. Em pesquisa publicada no jornal El País, em abril de 2025 observava-se que o partido obteria 24% de intenções dos votos entre os jovens de 18 a 24. Esse cenário demonstra que o Vox é a principal referência partidária desse segmento. Em outra pesquisa, publicada em setembro desse ano, o mesmo periódico identificou que cerca de 40% dos homens com menos de 35 anos declaravam intenção de voto no Vox (El País. 14/09/25), o que evidencia o acentuado recorte de gênero desse grupo. As pautas identitárias e anti-imigração são centrais para essa base. Tal conjunto de indicadores desvela um eleitorado jovem, masculino e politicamente desiludido com as instituições democráticas. Sua adesão ao Vox articula-se tanto à precariedade socioeconômica (em que pese a melhoria dos indicadores socioeconômicos na Espanha nos últimos anos) quanto à difusão, principalmente via redes sociais, de discursos que romantizam o franquismo e exploram sentimentos autoritários

Diante dessa problemática, este artigo propõe-se a investigar os mecanismos biopolíticos através dos quais o partido Vox instrumentaliza esse trauma histórico não resolvido como estratégia central de mobilização política. Objetiva-se analisar como essa instrumentalização opera por meio de um “acting out” memorialístico que mobiliza “comunidades emocionais”; reduz a vida política à sua dimensão emocional, mecanismo que se caracteriza como “vida nua política” e se materializa na politização autoritária do patrimônio cultural, exemplificada pelas “Leis de Concórdia” e disputas em lugares de memória como o cemitério de Paterna e o Valle de Los Caídos.

Para atingir os objetivos supracitados, o artigo organiza-se da seguinte forma: inicialmente, examina-se o “Pacto do Esquecimento” como dispositivo biopolítico fundador; em seguida, analisa-se a estratégia do Vox como um “acting out” memorialístico. Na terceira seção é realizada a investigação da politização do patrimônio cultural e das “Leis de Concórdia”, para então tomar o cemitério de Paterna como um estudo de caso paradigmático.

O “PACTO DO ESQUECIMENTO” COMO DISPOSITIVO BIOPOLÍTICO: ARQUITETURA DO ESQUECIMENTO FORÇADO

A transição democrática espanhola (1975-1982) frequentemente figura na historiografia ocidental como modelo bem-sucedido de negociação política. Contrastando com violentas rupturas que caracterizaram transições em outras sociedades – como as experiências argentina ou chilena, por exemplo – Espanha aparentemente realizou uma conversão pacífica do regime autoritário para a democracia liberal. Esta narrativa de êxito, entretanto, ofusca um mecanismo fundamental: a decisão institucional deliberada de não investigar, julgar ou responsabilizar perpetradores dos crimes da ditadura franquista.

Paloma Aguilar Fernández, ao analisar a Espanha franquista e a transição, define este processo como a construção de uma “amnésia compartilhada”, ou seja, um

processo pelo qual atores políticos de todas as tendências concordaram em não enfrentar o passado, sob o risco de produzir instabilidade política no presente (Aguilar Fernández, 2002, p. 112). A estratégia foi deliberada e consciente: enquanto Portugal, após Revolução dos Cravos, iniciava processo de confrontação com seu passado colonial, e enquanto movimento argentino *Madres de Plaza de Mayo* iniciava sua luta por verdade e justiça, a Espanha optou conscientemente por uma “reconciliação” sem confrontação.

A “anistia bilateral”, decretada em 1977, constitui um mecanismo jurídico central no âmbito desta estratégia. Tal mecanismo, simultaneamente, anistiou tanto perpetradores de crimes contra a humanidade, quanto aqueles que haviam resistido ao regime. Este fato criou um paradoxo jurídico atípico, pois tal mecanismo, que deveria restituir direitos políticos aos perseguidos e prisioneiros do regime, foi instrumentalizado para isentar protagonistas de crimes praticados pelo estado espanhol ao longo de quase quatro décadas.

Nesse sentido, a partir da perspectiva proposta por Giorgio Agamben, em *Homo Sacer*, o referido pacto operou como um dispositivo biopolítico de primeira grandeza, pois inscreveu a exceção ao próprio corpo legal e criou uma zona de indistinção, onde os crimes de Estado se tornavam juridicamente nulos ou inexistentes (Agamben, 2002, p. 89).

Nessa direção, a produção contemporânea da exceção – a produção de zonas de indistinção onde a lei é suspensa – constituir uma operação fundamental de soberania no mundo contemporâneo. A “anistia bilateral” espanhola criou um “campo jurídico” permanente em que crimes passados eram simultaneamente reconhecidos (nominalmente) e apagados (juridicamente). As vítimas não receberam reparação pública; perpetradores não foram julgados; narrativa histórica oficial optou pela suposta “reconciliação”, desprovida de confrontação moral ou política.

Conforme explica Aleida Assmann em sua análise acerca das transformações da memória, este processo corresponde a transferência forçada do conteúdo

traumático da “memória funcional” – aquela que opera ativamente na vida coletiva, estruturando debates públicos e decisões políticas – para o domínio da “memória arquivo” –aquela que permanece depositada, inativa, em acervos documentais, museus especializados e consciência privada de indivíduos isolados (Assmann, 2011, p. 156). Não se tratava, pois, de esquecimento genuíno, mas de suspensão e cristalização estratégica do trauma na esfera privada, negando-lhe legitimidade pública.

O psicanalista e historiador Dominick LaCapra oferece uma distinção conceitual crucial para a compreensão deste processo. LaCapra diferencia entre “working through”, ou seja, a elaboração crítica, psíquica e histórica de evento traumático, e “acting out”, a repetição do trauma sem a inclusão de uma reflexão crítica necessária (LaCapra, 2001, p. 67). Nesse sentido, o “Pacto do Esquecimento” espanhol impediu o *working through*, congelando sociedade em postura de *acting out* permanente, ou seja: a repetição inconsciente de estruturas traumáticas sem possibilidade de sua ressignificação.

Tal congelamento produziu consequências estruturais duradouras. Ocorre que, no contexto da crise econômica e política iniciada em 2008, conteúdos traumáticos confinado à memória arquivo começaram sua reativação sistemática. A crise econômico-financeira iniciada em 2008 impactou severamente a Espanha, manifestando-se no estouro de sua bolha imobiliária e precipitando uma recessão profunda, caracterizada por uma contração recorde do PIB de 3,7% em 2009 e taxa de desemprego que atingiu um pico de 26,94% no primeiro trimestre de 2013, afetando de forma crítica a população jovem espanhola, cuja taxa de desemprego juvenil ultrapassou os 55% (INE, 2013). As consequências desse processo configuraram uma crise social e política multidimensional, com um aumento da dívida pública e a implementação de rigorosas políticas de austeridade que acirraram as tensões sociais. Este contexto de profunda instabilidade e deslegitimação do *establishment* político tradicional constituiu o terreno propício para a emergência e consolidação do partido

VOX, que capitalizou estrategicamente o sentimento de crise nacional, a rejeição popular às políticas de austeridade e, posteriormente, a intensificação do conflito independentista na Catalunha. Ao se posicionar como defensor intransigente da unidade espanhola e da soberania nacional, o partido preencheu um vazio ideológico no espectro político resultante da fragmentação do bipartidarismo, ascendendo como força relevante na direita espanhola a partir de seu avanço eleitoral nas eleições regionais andaluzas de 2018.

Como observa o historiador Santos Julià em análise da Espanha contemporânea, a crise econômica funcionou como um “catalisador de memórias reprimidas”; contextos de instabilidade material tendem a reativar traumas históricos não resolvidos, transformando-os em recursos narrativos para explicar um presente insatisfatório (Julià, 2019, p. 203). O Vox surge precisamente neste interstício, oferecendo interpretação do presente que articulava crise com nostalgia de passado idealizado em que supostamente havia ordem, unidade, hierarquia e grandeza nacional.

O “ACTING OUT” MEMORALÍSTICO: TRAUMAS REPETIDOS SEM ELABORAÇÃO CRÍTICA

A distinção de Dominick LaCapra entre *working through* e *acting out* oferece chave interpretativa fundamental para compreensão da estratégia do partido Vox. Em sua obra *Writing History, Writing Trauma*, LaCapra explora precisamente os desafios da representação histórica de eventos traumáticos, argumentando que o trauma coloca problemas agudos para a representação e compreensão histórica (LaCapra, 2001, p. 42).

Nesse sentido, o partido Vox não oferece elaboração crítica do passado franquista, mas sua repetição performativa no espaço público. Ao reabilitar símbolos franquistas, glorificar militarmente a “Cruzada”, celebrar figuras como Francisco

Franco como “salvador da nação” e ressignificar a ditadura como um período de ordem necessária, o partido exemplifica mecanismo de *acting out* coletivo no qual o trauma não resolvido é repetidamente encenado, perpetuando o ciclo de um conflito não superado.

O *acting out* caracteriza-se precisamente pela impossibilidade de integração reflexiva do evento traumático. A vítima (ou neste caso, a comunidade política que se identifica como portadora de trauma histórico) permanece fixada ao evento, incapaz de historicizá-lo ou integrá-lo em uma narrativa compreensiva de mudança histórica. Conforme LaCapra, o *acting out* é marcado por um processo de “repetição compulsória” onde trauma é “vivido novamente ao invés de recordado e elaborado” (LaCapra, 2001, p. 65).

Nessa direção, Ferrán Gallego, historiador especializado em história da extrema-direita espanhola, oferece análise detalhada de como Vox operacionaliza este mecanismo de *acting out*. Em sua obra *Vox: una historia de la ultraderecha española* (1975-2020), Gallego documenta como o partido construiu narrativa coerente que reinterpreta transição democrática como “ilegítima capitulação” e Guerra Civil como “Cruzada contra barbárie marxista”, transformando atos de violência estatal em “necessidades históricas” (Gallego, 2020, p. 178).

Aqui reside uma operacionalização sofisticada de biopolítica. Ao transformar trauma histórico em motivação emocional para mobilização política contemporânea, Vox produz o que denominaríamos de “vida nua política”, ou seja, a redução da existência política à dimensão puramente emocional, suspensão do exercício reflexivo da razão política. A noção de “vida nua” desenvolvida por Agamben (a vida reduzida à sua dimensão biológica, despojada de direitos políticos) pode ser expandida para compreender redução de vida política à sua dimensão emocional, tornando-a plenamente governável através de afetos manipuláveis.

Ainda nessa direção, a noção de “comunidades emocionais” desenvolvida por Barbara Rosenwein oferece ferramenta analítica para compreensão desta

operacionalização biopolítica. Rosenwein argumenta que grupos humanos vivem em comunidades emocionais específicas, cada qual com normas próprias de valoração e expressão emocional (Rosenwein, 2006, p. 24). Comunidades emocionais compartilham scripts emocionais comuns, rituais que normalizam certas emoções enquanto marginalizam outras, e mecanismos de recompensa que fortalecem a conformidade emocional do grupo.

O Vox não mobiliza simples ideologias políticas racionais passíveis de refutação argumentativa; constrói comunidades emocionais específicas alicerçadas em afetos compartilhados: ressentimento pela “perda” do passado imperial e da ordem franquista, medo da “invasão” migratória e “ameaça” das autonomias regionais (particularmente catalã e basca), nostalgia por suposta unidade nacional sob hierarquia rígida. Estas emoções compartilhadas criam laços de solidariedade que transcendem a adesão programática convencional, constituindo identidades políticas viscerais e altamente resistentes à refutação racional ou evidência empírica.

Os estudos do Centro de *Investigaciones Sociológicas* (CIS, 2023) revelam uma composição específica da base voaxista: seus apoiadores são compostos predominantemente por homens (cerca de 70%), concentrados em faixas etárias de 25 a 54 anos, com escolaridade média ou técnica, situados em camadas médias e médias-baixas da estrutura social. Do ponto de vista geográfico, a força do partido é mais expressiva em cidades médias, zonas periurbanas e regiões do interior, onde o sentimento de insegurança econômica e descontentamento com elites políticas tradicionais se articulam com discursos de defesa da “unidade nacional” e da rejeição à imigração. Significativamente, o apoio ao Vox advém de combinação entre ansiedades econômicas materiais e ressentimentos culturais mais profundos, reforçados por consumo intensivo de mídias digitais e apresentação de valores morais conservadores como “sob ameaça”.

Conforme observa Paul Preston, o regime franquista foi definido não apenas por práticas coercitivas de Estado, mas, também, pela construção de narrativa que

transformaram violência em “ato redentor”. Segundo Preston: “o regime franquista conseguiu construir uma narrativa em que a brutalidade estatal era apresentada como necessidade histórica, como salvação da nação contra ameaças internas” (Preston, 2012, p. 287). O partido Vox reproduz precisamente este mecanismo: revitaliza uma narrativa franquista que transforma autoritarismo em “ordem necessária”.

PATRIMÔNIO CONTROVERSO COMO DISPOSITIVO: A SACRALIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Se a biopolítica agambeniana caracteriza-se pela produção de zonas de indistinção onde lei é suspensa e vida é reduzida à sua dimensão nua, os esforços e investimentos de Vox e seus apoiadores em relação aos “lugares de memória” e ao patrimônio cultural, representa o processo de ampliação e sofisticação desta lógica: transformação do espaço público em zona de exceção permanente onde narrativas autoritárias são continuamente normalizadas através de inscrição material na paisagem.

Nesse sentido, o trabalho de Sharon Macdonald acerca dos monumentos nazistas em Nuremberg argumenta que o patrimônio nunca é meramente histórico ou estético; sempre constitui um campo de batalha político onde diferentes grupos disputam o direito de contar a história “legítima” (Macdonald, 2009, p. 78). A pesquisa de Macdonald sobre como Nuremberg lidou com seu passado nazista oferece um paralelo elucidativo para caso espanhol, mostrando como cidades e nações negociam seus legados de perpetração de atrocidades e, também, como decisões sobre preservação, transformação ou remoção de monumentos refletem disputas fundamentais sobre seus significados políticos no presente.

Na Espanha contemporânea, a batalha acerca do patrimônio cultural adquire novas dimensões. O *Valle de Cuelgamuros* (antigo *Valle de Los Caídos*), originalmente construído pelo regime franquista como mausoléu grandioso de Franco, onde seus

restos mortais permaneceram em câmara de honra até 2019, constitui exemplo paradigmático sobre como o patrimônio cultural opera como um dispositivo biopolítico contínuo de normalização da exceção.

O Valle não constitui meramente monumento histórico passivo, mas sim um simulacro de sagrado, espaço ritualístico onde o regime franquista inscrevera sua narrativa da “Cruzada” na própria geografia física. Os milhares de peregrinos que visitavam o Valle participavam do ritual de comunhão com ordem franquista, sendo seus corpos e subjetividades continuamente expostos à narrativa que sacralizava a violência do Estado, transformando-a em ato divino de redenção nacional; transmitia aos cidadãos uma mensagem implícita de que a ordem franquista era natural, eterna, digna de monumentalização e reverência.

José Castillo Ruiz, catedrático de História da Arte da Universidade de Granada e especialista em instrumentalização ideológica do patrimônio, demonstra em sua recente obra *Los límites del patrimonio cultural*, como o valor histórico e artístico de bens culturais é frequentemente suplantado por sua função política (Castillo Ruiz, 2022, p. 145). No contexto espanhol, a reivindicação de Vox e seus seguidores pela inviolabilidade do patrimônio franquista revela-se como estratégia explícita de manutenção de dispositivos biopolíticos permanentes. A vida dos cidadãos permanece continuamente exposta a narrativas que normalizam o autoritarismo por meio de sua inscrição, literal, na topografia urbana.

As chamadas “Leis de Concórdia” materializam concretamente esta estratégia de politização autoritária do patrimônio cultural. Propostas apresentadas principalmente em comunidades autônomas sob influência do partido Vox (caso da *Comunidad Valenciana* e da *Región de Murcia*), estas leis buscam simultaneamente três objetivos: (1) desmontar instituições públicas ligadas à memória histórica; (2) eliminar financiamento para associações de recuperação da memória; e (3) redefinir conceitos de “vítima” de forma a equiparar vítimas de franquismo, da República e do grupo ETA. Esta equiparação não é meramente simbólica; busca cancelar a especificidade

moral do sofrimento das vítimas do regime autoritário de Franco, negando o caráter fundamentalmente assimétrico da repressão franquista.

Mais grave ainda: as “Leis de Concórdia” não reconhecem os direitos das vítimas para realizar a investigação, localização, exumação e identificação de pessoas desaparecidas. Isto significa que, simultaneamente à proposição destas leis, bloqueia-se o acesso às informações sobre desaparecidos, nega-se o direito à verdade, e criminaliza-se a busca por uma justiça reparatória.

O CEMITÉRIO DE PATERNA: SÍMBOLO PARADIGMÁTICO DO TRAUMA NÃO ELABORADO

O cemitério de Paterna, localizado a aproximadamente dez quilômetros de Valência, na região da *Comunidad Valenciana*, constitui um lugar paradigmático no que tange a esta memória subterrânea que insiste em retornar com violência ao presente. Estima-se que existam aproximadamente 150 valas comuns no local, contendo restos de cerca de 2.238 vítimas de execuções franquistas realizadas entre 1939 e 1975, período de consolidação do regime após a vitória na Guerra Civil (1936-1939).

Estas vítimas eram homens e mulheres comprometidos com defesa de valores republicanos de liberdade, igualdade e solidariedade: operários, camponeses, intelectuais, artistas, professores e políticos. Foram executados no chamado “muro do terror” e subsequentemente enterrados em valas comuns, sem identificação, sem cerimônia fúnebre, sem qualquer reconhecimento de sua morte ou direito de seus familiares a um luto, fosse privado ou público.

O trabalho de exumação realizado em Paterna sob Lei de Memória Democrática (aprovada em 2022, após anos de mobilização de familiares de desaparecidos) ilustra precisamente processo de *working through* descrito por LaCapra: elaboração crítica do trauma através de confronto sistemático com seus vestígios materiais. Os arqueólogos da Associação Científica Arqueoantro já exumaram mais de 50 valas comuns,

recuperando restos de aproximadamente 1.500 vítimas. Este processo de desenterramento físico constitui simultaneamente desenterramento psíquico e histórico: cada osso recuperado, cada identificação através de análise de DNA, representa a fratura no Pacto do Esquecimento institucional, a restituição simbólica de dignidade roubada, possibilidade de luto público e o reconhecimento histórico.

Contudo, este processo de elaboração crítica do trauma está sob ameaça política concreta. A proposição das Leis da Concórdia pelo Partido Popular e pelo Partido Vox, em comunidades autônomas, busca explicitamente desmontar as instituições públicas ligadas à memória histórica e acabar com subsídios para associações de recuperação da memória. As implicações são profundas: significa paralisação dos processos de exumação, interrupção da identificação de vítimas, criminalização do ativismo de familiares, e retorno forçado do trauma à esfera privada do silêncio.

Em 2024, o cemitério de Paterna tornou-se epicentro de batalha política mais ampla, com visitas organizadas de estudantes do ensino médio acompanhados por professores de História, testemunhando as exumações em tempo real. Esta pedagogia pública da memória constitui contraponto fundamental à estratégia do Vox, pois transforma espaço de morte em espaço de aprendizado crítico, de encontro entre gerações, de compreensão histórica. Os estudantes não apenas aprendem sobre eventos passados; participam do processo de restituição da dignidade às vítimas.

A proposta de criação de um banco de DNA nacional constitui um contra dispositivo biopolítico de significativa relevância. Se a biopolítica do Vox produz “vida nua” por meio da saturação emocional e de narrativas que abstraem vítimas em categorias genéricas, um banco de DNA insiste na individualidade irreduzível de cada vítima, na especificidade de cada corpo, na singularidade de cada história. Cada identificação através de DNA representa uma vitória contra o apagamento, contra a tentativa de transformar vidas particulares em abstrações políticas.

DIMENSÃO TRANSNACIONAL: A “INTERNACIONAL DO RESSENTIMENTO” E A CIRCULAÇÃO DE REPERTÓRIOS MEMORALÍSTICOS

O fenômeno caracterizado pela ascensão do Vox não opera em isolamento nacional; integra-se em rede global e crescente de formações políticas de extrema-direita que compartilham estruturas narrativas comuns, estratégias discursivas similares e repertórios memorialísticos praticamente idênticos. Astrid Erll, estudiosa alemã de fenômenos de memória transnacional, lança luz sobre a compreensão desta dimensão através de seu conceito de “travelling memory”, ou seja, a circulação de repertórios memorialísticos entre contextos geográficos distintos (Erll, 2011, p. 8).

A formação da aliança “Patriotas pela Europa” em 2022, congregando lideranças como Matteo Salvini (Liga, Itália), Viktor Orbán (Fidesz, Hungria), Janez Janša (SDS, Eslovênia) e Santiago Abascal (Vox, Espanha), revela explicitamente como memórias autoritárias circulam através de fronteiras, reforçam-se mutuamente, e constroem uma frente comum transnacional. Esta rede não é meramente eleitoral; é profundamente memorialística: cada movimento reativa traumas históricos específicos de seu contexto: Vox e o franquismo espanhol, Salvini a era fascista italiana, Orbán o Império Austro-Húngaro e sua perda de territórios após 1918, Janša a experiência de independência eslovena e suas memórias de conflito.

Contudo, todos estes movimentos articulam estes traumas específicos em uma gramática política compartilhada que celebra ideias similares de nação-forte, ordem hierárquica, rejeição da “invasão” migratória (frequentemente codificada como islamofobia ou ameaça cultural), nostalgia por um suposto passado de grandeza nacional, e a desconfiança profunda das instituições democráticas liberais, as quais são vistas como domesticadoras do poder nacional autêntico.

O slogan do Vox: “tornar a Espanha grande de novo” constitui adaptação direta e reconhecida (um plágio) do “Make America Great Again”, de Donald Trump, revelando uma partilha explícita de repertórios retóricos que transcendem fronteiras

nacionais. Conforme Enzo Traverso observa, esta apropriação não é coincidência, pois o populismo de extrema-direita contemporâneo compartilha a linguagem e a estrutura emocional que permite sua circulação entre contextos nacionais distintos. É uma internacional não do socialismo, mas do ressentimento (Traverso, 2019, p. 156).

Do mesmo modo, a celebração do avanço do Vox por Marine Le Pen, líder do *Rassemblement National* francês, indica o reconhecimento mútuo explícito entre estas formações políticas como membros de uma mesma família transnacional. Le Pen visitou Espanha para expressar apoio a Abascal e ao Vox, sinalizando que vê no partido espanhol modelo bem-sucedido de operacionalização de estratégias que ela mesma estava desenvolvendo na França.

Esta circulação de estratégias memorialísticas não é superficial ou meramente estética, mas, na verdade, reflete uma compreensão compartilhada profunda do potencial mobilizador extraordinário de trauma histórico não resolvido. Em diferentes contextos nacionais, estes partidos identificaram feridas históricas não cicatrizadas - franquismo na Espanha, fascismo na Itália, nazismo na Alemanha, colonialismo na França - e desenvolveram técnicas similarmente sofisticadas para sua reativação política estratégica. A manipulação de ressentimento histórico transforma-se, assim, em uma tecnologia política exportável, adaptável a contextos nacionais distintos, mas mantendo uma estrutura emocional comum que permite sua portabilidade entre movimentos.

O caso do Vox é particularmente elucidativo porque demonstra como um partido inicialmente marginal pode, por meio da exploração sistemática e sofisticada de um trauma histórico não resolvido, reposicionar-se como força política majoritária no período de menos de uma década. José Fernández-Albertos, pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa da Espanha (CSIC), analisa este fenômeno observando que é a questão catalã o que mais tem motivado o apoio ao partido, funcionando como catalisador da reativação de traumas de fragmentação nacional não resolvidos (Fernández-Albertos, 2021, p. 89). A exploração por parte do Vox do conflito na

Catalunha - particularmente do referendo de independência de 2017 – permite ao partido apresentar-se como defensor único de unidade nacional ameaçada, reativando um trauma histórico profundo da fragmentação nacional e oferecendo-se como solução autoritária.

A crise econômica global pós-2008 produziu condições similares em múltiplas democracias ocidentais: precarização vertiginosa, desemprego estrutural particularmente entre jovens, desigualdade crescente, perda de status de camadas médias que haviam se identificado com a modernidade europeia. Estas condições criaram disponibilidades psíquicas similares para reativação de imaginários autoritários em contextos distintos. O neoliberalismo produziu precariedade material que criou a base emocional comum para a reativação de traumas autoritários em países que pareciam ter superado historicamente tais ameaças.

Isto sugere uma reconfiguração fundamental da biopolítica em escala transnacional: não se trata da gestão de vida em contextos nacionais específicos, conforme Agamben inicialmente teoriza, mas da constituição de redes globais através das quais a vida nua é continuamente produzida mediante saturação emocional coordenada, nostalgia manipulada de forma similar, e reativação de traumas históricos não resolvidos de forma sincronizada em múltiplos contextos nacionais. A trajetória e atuação do partido Vox, na Espanha, não é uma particularidade, mas manifestação localizada de uma lógica biopolítica global que opera através da instrumentalização da memória traumática.

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: ESTRATÉGIAS RETÓRICAS DE NORMALIZAÇÃO DO AUTORITARISMO

A análise crítica do discurso, conforme desenvolvida por Norman Fairclough e Teun van Dijk, oferece ferramentas metodológicas para desvelar como o partido de extrema direita, Vox, operacionaliza uma linguagem como prática social que

normaliza a exceção e legitima autoritarismo. Fairclough argumenta que a linguagem não é meramente meio neutro de comunicação, mas uma prática social que tanto reflete quanto constrói relações de poder (Fairclough, 2001, p. 45). A análise sistemática de discursos⁶ parlamentares de lideranças do Vox (Santiago Abascal, Rocío Monasterio, Javier Ortega Smith), publicações em redes sociais, e materiais de campanha revela estratégias retóricas recorrentes que funcionam para naturalizar narrativas autoritárias, conforme apresentado a seguir.

Inicialmente, pode-se identificar estratégias de equivalência e inversão de papéis entre vítimas e perpetradores. O Vox sistematicamente inverte a narrativa histórica ao sugerir que era o regime franquista que estava sob ameaça do “marxismo destruidor”, transformando vítimas da repressão em agressores da ordem nacional. Esta inversão de papéis visa a absolvição moral e histórica dos algozes por meio da reformulação da narrativa da causalidade histórica.

Em segundo lugar, observa-se a mobilização de recursos retóricos de romantização do franquismo, articulados através da narrativa da “Guerra de Libertação” ou necessidade de salvação da pátria contra a barbárie, representada pela República. Conforme observa van Dijk, este tipo de retórica opera através de mecanismos de pressuposição: assume como já estabelecida a legitimidade da ordem que busca defender, transformando questões de valor político em questões de fato histórico (van Dijk, 2008, p. 78).

Em terceiro lugar, foram identificados processos de construção de inimigos internos: independentistas (bascos, catalães, galegos), feministas, imigrantes, etc. O discurso do partido Vox opera a fusão destas categorias distintas em uma figura unificada de ameaça à unidade identitária da nação, criando uma simplificação narrativa que facilita mobilização emocional.

⁶ Esse processo de análise permanece em execução, no âmbito do projeto “Das fossas ao hemicycle”.

Por fim, pode-se destacar a ativação explícita de “comunidades emocionais”, através de um sistema de emoções que enfatiza o ressentimento pela perda de um passado imperial idealizado, o medo de diluição identitária nacional, a nostalgia por uma ordem anterior, percebida como mais clara e hierárquica. Nesse sentido, Paul Ricoeur observa que a memória é sempre seletiva; nós escolhemos lembrar o que confirma nossas identidades presentes e esquecemos o que nos ameaça (Ricoeur, 2007, p. 134). Dessa forma, Vox sistematicamente ativa esta memória seletiva, lembrando apenas aspectos do passado que confirmam a narrativa de uma nação sob ameaça.

AS “LEIS DE CONCÓRDIA”: OPERACIONALIZAÇÃO JURÍDICA DA EXCEÇÃO PERMANENTE

As "Leis de Concórdia" constituem a operacionalização jurídica explícita dos mecanismos biopolíticos em tela. Propostas em comunidades autônomas sob influência do partido Vox a partir de 2022, estas leis buscam transformar em ordenamento jurídico positivado o que era até então simplesmente prática de silêncio institucional.

Conforme analisa Paloma Aguilar Fernández, enquanto a transição espanhola foi construída sobre silêncio implícito, as Leis de Concórdia buscam transformar este silêncio em mandato legal explícito, criminalizando aqueles que buscam verdade e justiça (Aguilar Fernández, 2002, p. 201). As implicações são profundas. Em primeiro lugar, estas leis desmantelam aparatos institucionais de memória democrática. Na *Comunidad Valenciana*, a Lei de Concórdia resultou em um corte de 80% do financiamento para instituições ligadas à memória histórica. Isto não é questão menor de orçamentos: significa paralização de pesquisas, demissão de pesquisadores, fechamento de arquivos.

Ademais, estas leis redefinem a categoria de “vítima” de forma a equiparar vítimas de franquismo com perpetradores do ETA (que praticava atos de terrorismo),

com combatentes da República (que representava um governo legítimo e democrático), e com civis que morreram durante Guerra Civil em ambos os lados. Esta equiparação configura uma operação de apagamento narrativo: transforma uma questão moral complexa sobre assimetria de repressão estatal em questão simplificada de “vítimas de todos os lados”.

Ainda nesse sentido, as leis criminalizam a busca por desaparecidos, pois tipificam como crime de incitação ao ódio, atos de familiares que buscam informação sobre executados ou que trabalham pela exumação e identificação. Isto representa a criminalização explícita do exercício de práticos dos direitos humanos fundamentais: direito à verdade, direito ao luto público, direito à justiça reparatoria.

No entanto, o aspecto mais preocupante é que estas leis não operam apenas como mecanismos de esquecimento, mas, como mecanismos ativos de reescrita da História. Isso porque permitem que autoridades locais removam placas comemorativas de republicanos, renomeiem ruas que homenageiam vítimas do franquismo, e “ressignifiquem” monumentos franquistas. Isto é, consiste em uma operação agambeniana de zona de indistinção levada ao extremo: a criação de espaço legal onde os crimes do Estado se tornam literalmente imperceptíveis, onde vítimas desaparecem novamente, desta vez não através de morte física, mas através do apagamento narrativo legal.

IMPLICAÇÕES COMPARATIVAS E GLOBAIS: O MODELO ESPANHOL COMO LABORATÓRIO

A experiência espanhola de constituição de um “Pacto do Esquecimento”, seguido da reativação traumática em um contexto de crise econômica oferece lições comparativas relevantes para outras democracias contemporâneas que enfrentam transições incompletas. Portugal, Argentina, Brasil e África do Sul, todos enfrentaram

questões similares sobre como lidar com legados de autoritarismo não totalmente resolvidos.

A diferença entre estes casos reside justamente na abordagem da memória traumática. Argentina, através de um processo paradigmático de responsabilização jurídica de perpetradores, criação de espaços memoriais (ESMA), e construção de uma “memória funcional”, ativa no debate público, luta para evitar a reativação de imaginários autoritários em um contexto de instabilidades econômicas graves. No Brasil observa-se continuidade com o regime ditatorial através de uma anistia bilateral, similar à espanhola, e experimenta o crescimento de movimentos de extrema-direita, mobilizados pelo fenômeno político do Bolsonarismo, que igualmente instrumentalizam traumas não resolvidos.

Em Portugal é possível identificar um contraste revelador: tendo realizado uma justiça transicional mais profunda após Revolução dos Cravos (com destituição de autoridades, reforma de instituições, abertura de arquivos), experimentou menor ressurgência de fascismos, apesar de crises econômicas similares. Isto sugere que o investimento em *working through* genuíno de traumas históricos reduz disponibilidade psíquica para reativação de imaginários autoritários em contextos posteriores de crise.

O caso espanhol funciona (tal qual o brasileiro), assim, como aviso: “pactos de silêncio” institucionais podem parecer pragmáticos a curto prazo, mas produzem consequências estruturais duradouras que facilitam emergência de autoritarismo quando o contexto econômico ou político criar as condições propícias. A reativação do Vox não é anomalia espanhola, mas resultado previsível da recusa da elaboração crítica do passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do fenômeno Vox como operacionalização biopolítica de trauma histórico espanhol revela como a crise contemporânea de democracias ocidentais não

é meramente crise institucional formal, mas crise fundamental de capacidade cultural e política de elaboração crítica de passado. Quando o “Pacto do Esquecimento” confinou o trauma da ditadura espanhola ao domínio privado, negando-lhe espaço legítimo de confrontação pública, e processos de justiça reparatória, produziu condições estruturais para sua reativação futura como arma de controle biopolítico.

O surgimento de formações políticas como Vox em contextos de precarização econômica e crise institucional não é fenômeno contingente ou meramente eleitoral, mas consequência estrutural previsível desta operação memorialística original de esquecimento forçado. Conforme Traverso (2019) observa, a reativação de trauma não resolvido oferece aos setores deslocados pela modernidade tardia, narrativa coerente que articula sua experiência concreta de perda material com nostalgia por passado fantasmagórico de ordem, hierarquia e grandeza (Traverso, 2019, p. 203).

A Espanha contemporânea, dividida entre celebração oficial de transição democrática como modelo de sucesso e reativação crescente de imaginários autoritários que ameaçam fundamentos deste modelo, constitui-se como laboratório privilegiado para compreensão de como tempo presente é simultaneamente zona de incompletude histórica (conforme Rousso conceitualiza) e zona de indistinção biopolítica (conforme Agamben teoriza). O “tempo que vem” dependerá não apenas da capacidade técnica de elaboração crítica de trauma histórico, mas da capacidade política de profanar dispositivos biopolíticos através dos quais este trauma é continuamente instrumentalizado como ferramenta de governamentalidade antidemocrática.

Paterna, com suas valas comuns progressivamente abertas para luz pública, seus corpos lentamente identificados através de ciência forense, suas histórias finalmente contadas através de uma pedagogia crítica, oferece vislumbre concreto desta possibilidade. No trabalho dos arqueólogos, no paciente ativismo dos familiares, na curiosidade crítica dos estudantes que visitam o cemitério para aprender história, encontramos talvez os contornos de uma contrabiopolítica da memória: prática que

resiste tanto ao silêncio imposto pelo pacto de transição quanto ao ruído ensurdecedor do *acting out* implementado pelo Vox, insistindo na complexidade irreduzível do passado e na possibilidade permanente de sua elaboração crítica no presente.

A democracia espanhola será medida não pela celebração oficial de sua transição, mas pela capacidade de seus cidadãos de se confrontarem com seu passado, de construir uma memória que seja funcional e crítica simultaneamente, e de criar instituições e práticas que permitam a verdade, a justiça e a reparação, as três dimensões que faltaram ao “Pacto do Esquecimento” inicial.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

ERLL, Astrid. **Memória na cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001.

FERNÁNDEZ-ALBERTOS, José. **España estancada**: por qué somos poco eficientes. Madrid: Catarata, 2021.

GALLEGO, Ferrán. **Vox: una historia de la ultraderecha española (1975-2020)**. Barcelona: Debate, 2020.

JULIÀ, Santos. **Hoy no es ayer**: ensayos sobre la España del siglo XX. Barcelona: RBA, 2019.

LACAPRA, Dominick. **Writing history, writing trauma**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

MACDONALD, Sharon. *Difficult heritage: negotiating the nazi past in Nuremberg and Beyond*. London: Routledge, 2009.

PRESTON, Paul. **O holocausto espanhol**: ódio e extermínio na guerra civil e depois. Rio de Janeiro: Record, 2012.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROSENWEIN, Barbara H. **Comunidades emocionais na Idade Média**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

TRAVERSO, Enzo. **As novas faces da direita**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.